

瓷窑

天愈十二眼
後入新燒火
兩箇時火
從上足下
共計火力
十二時辰



門火先燒十箇時
足火從下攻上

時
時
時
時

Liampó nas Relações Sino-Portuguesas entre 1524 e 1541 e a Escudela de Pêro de Faria

JIN GUO PING* E WU ZHILIANG**

LIAMPÓ NAS RELAÇÕES SINO-PORTUGUESAS ENTRE 1524 E 1541

Os infelizes conflitos armados sino-portugueses verificados entre 1521 e 1522 nas águas cantonenses no delta do rio das Pérolas cortaram as relações oficiais entre os dois países.¹ A partir daí e até 1540 estamos perante um período sobre o qual não há informação sistemática nas fontes, quer portuguesas quer chinesas. Depois do fracasso da armada de Martim Afonso de Melo Coutinho em Xicaowan 西草湾 (Ancoradouro de Ervas do Ocidente),² os comerciantes privados portugueses parecem ter seguido pelo litoral chinês em direcção a Norte, em parceria com os seus homólogos chineses, nomeadamente os da província de Fujian 福建, os conhecidos “chinchéus”. À medida que avançavam para Norte foram estabelecendo vários pontos de apoio à navegação, como Lamao 南澳 (Baía do Sul),³ Chinchéu 漳州,⁴ os mais conhecidos, até atingirem Liampó (Shuangyu 双屿, Duas Ilhas).⁵

Liampó foi o primeiro estabelecimento português relativamente fixo na orla marítima chinesa, encontrando-se o seu fim bem documentado nas fontes

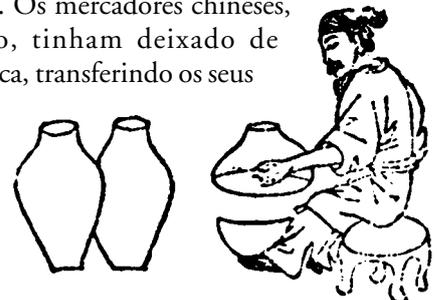
chinesas, sobretudo nos relatórios oficiais de Zhu Wan 朱纨,⁶ que ordenou a expedição militar que conduziu à sua completa destruição em 1548.⁷ No entanto, o início deste “bandel” continua controverso, com várias datas sugeridas por fontes coevas chinesas. Que se saiba, nas fontes portuguesas não há relatos seguros sobre os primórdios de Liampó, apesar das “descrições” de Fernão Mendes Pinto, as quais devem ser lidas com reserva.

Passemos a traçar um pequeno historial do início de Liampó, a partir das fontes chinesas e em comparação com as pouquíssimas e dispersas informações portuguesas.

Liampó foi uma das *qidi* 弃地 (terras evacuadas), a partir de 1386, por necessidades da defesa marítima.⁸

No “incidente de 1523”,⁹ os membros das duas embaixadas tributárias rivais japonesas, chefiadas respectivamente por Kendou Sousetsu e Sou Sokeire,¹⁰ após o saque à cidade de Ningpó 宁波, ocuparam Liampó, onde se desfizeram das mercadorias que traziam, dando início a uma fase de comércio ilegal.

“Os navegadores portugueses, na sequência dos violentos confrontos ocorridos nas ilhas de Cantão, em 1521 e 1522, abandonaram temporariamente a rota da China. Os mercadores chineses, de igual modo, tinham deixado de frequentar Malaca, transferindo os seus negócios para outros portos do Sudeste Asiático, como Patane e Sunda.”¹¹



* 金国平 Tradutor e investigador da História de Macau e da História das Relações Sino-Portuguesas. Licenciado em Português pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim.

Translator and researcher of the History of Macao and Sino-Portuguese Relations. Graduate in Portuguese from Beijing University of Foreign Studies.

** 吴志良 Doutoramento em História pela Universidade de Nanjing. Vice-presidente do Instituto das Relações Chinesas com o Exterior. Membro do Conselho de Administração da Fundação Macau.

Ph.D. in History from Nanjing University. Vice-president of the China Overseas Relations Association. Board member of the Macao Foundation.

ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

Poderá ter havido contactos entre comerciantes chineses e portugueses em outros lugares da Insulíndia:

“Os juncos chineses, aliás, cruzaram-se repetidamente com as nossas embarcações: durante o ano de 1523 D. Sancho Henriques encontrara-os em Patane, enquanto Francisco de Sá os avistara em 1527, carregando pimenta na ‘ponta bamta’, um dos ancoradouros da ilha de Java. Neste último ano, segundo informações recolhidas pelo capitão de Malaca, tinham partido trinta juncos de Chinchéu, rumo a Sunda, Patane, Dema, Linga e Malaca. Este movimento comercial, porém, seria insuficiente para satisfazer a procura de produtos estrangeiros em todas as zonas do litoral do Celeste Império.”¹²

É de calcular que, a partir de 1524, terá havido portugueses entre os comerciantes asiáticos que chegaram a Shuangyu (Liampó). As fontes chinesas usam a expressão *Fanyi* 番夷 (bárbaros estrangeiros), logo nesse grupo poderão estar incluídos portugueses. Não houve iniciativas oficiais de Malaca, mas qual a autoridade que poderia impedir os portugueses de viajar em barcos asiáticos, ora como comerciantes ora com espingardeiros? Ana Maria Amaro avança:

“A *Peregrinação* de Fernando Mendes Pinto é o único documento pormenorizado que hoje se conhece sobre a cidade de Liampó, arrasada pelos chineses, mas cujos possíveis sobreviventes portugueses se contavam, talvez, entre os primeiros habitantes de Macau.

Segundo aquela fonte, Ningpó, feitoria portuguesa na costa oriental da China foi fundada por Duarte Rodrigues, em 1524.”¹³

Embora com base em informações retiradas da *Peregrinação*, esta data de 1524 parece corroborada pelas fontes chinesas a seguir reproduzidas. Mais um pequeno avanço na compreensão da *Peregrinação*.

Zhu Wan, que comandou expedição militar contra Liampó, afirma num documento oficial datado de 1548:

“Num mar, há um lugar, chamado de Damaikeng 大麦坑 (Depressão da Cevada), que fica em frente de Shuangyugang (双屿港, Porto de Duas Ilhas). Foi ocupado pelos bárbaros e piratas durante mais de 20 anos.”¹⁴

A data de 1524, com movimentos comerciais, em Liampó aparece referida em *Chouhai Chongbian* 筹海重编 (Novas Exposições Ilustradas da Defesa Marítima) nos seguintes termos:

“Zheng Ruozeng 郑若曾 frisa: os bárbaros estrangeiros que vêm em missão tributária são recebidos e controlados pelas *Shibosi* 市舶司 (Superintendências do Comércio Marítimo), criadas pela nossa Dinastia. A Superintendência do Comércio Marítimo de Cantão foi criada para os mais variados bárbaros de Champá e Sião, entre outros. A Superintendência do Comércio Marítimo criada em Fujian era exclusivamente para os Léquios e a Superintendência do Comércio Marítimo em Zhejiang 浙江 foi especialmente estabelecida para o Japão. Quando vinham as missões tributárias, era-lhes permitido trazer produtos autóctones para as trocas comerciais, que se realizavam através de corretores nomeados pelas autoridades, que serviam de intermediários entre estas e os comerciantes locais. A isto chama-se ‘troca comercial’, isto é, só quando há barcos tributários é que há trocas comerciais. Quando não há barcos tributários, não é permitida a ‘troca



ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

comercial'. Isto é bem claro. Os Xifan 西番 (bárbaros de Oeste)¹⁵ e os Léquiós nunca causaram problemas de pirataria às nossas fronteiras, por isso podem vir em missões tributárias. Os japoneses são manhosos e de vez em quando insubordinados, por isso, foi-lhes imposto um prazo de dez anos para cada missão tributária, que não podia ultrapassar duas centenas de pessoas e duas embarcações. Mais tarde, foi alargado o número das pessoas, mas o prazo nunca foi modificado. Hoje em dia se só se fala na necessidade de legalizar o comércio marítimo, sem levar em consideração o cumprimento do prazo, a missão tributária deixa de ser o que era. Isto é, como separar as missões tributárias das trocas comerciais, sem a necessidade de esperar pelo prazo da apresentação de tributos para poder comercializar. Isto causa transtornos às instituições criadas pelos nossos antepassados. Como pode ser assim? Como se pode falar nesta possibilidade de divisão? Os barcos tributários são permitidos pelas leis. O comércio marítimo no seu todo era tutelado pela Superintendência do Comércio Marítimo, de modo que é uma actividade legal. Os comerciantes que se dedicam ao comércio marítimo não são permitidos pelas leis e não são controlados pela Superintendência do Comércio Marítimo, por isso, trata-se de um comércio ilegal. O Japão não tinha barcos comerciais. Estes eram aqueles com que as missões tributárias dos bárbaros de Xiyang 西洋 (Mar do Oeste)¹⁶ transportavam as suas mercadorias até aos ancoradouros não oficiais de Cantão, que sempre estão sujeitos à fiscalidade oficial. Para mais pormenores, vejam o ofício de resposta do *haidao* 海道 (subintendente da Defesa Marítima) de Cantão. Primeiro, era para fugir aos impostos. Segundo, para poupar as despesas com os transportes terrestres, os naturais de Fujian levaram-nos a ancorar-se em Haicang 海仓 (Armazém Marítimo) e Yugang 月港 (Porto da Lua) e os naturais de Zhejiang levaram-nos a fundear em Shuangyu. Todos os anos vêm na altura do Verão e partem na véspera do Inverno; pode-se confundir isto com os barcos tributários?

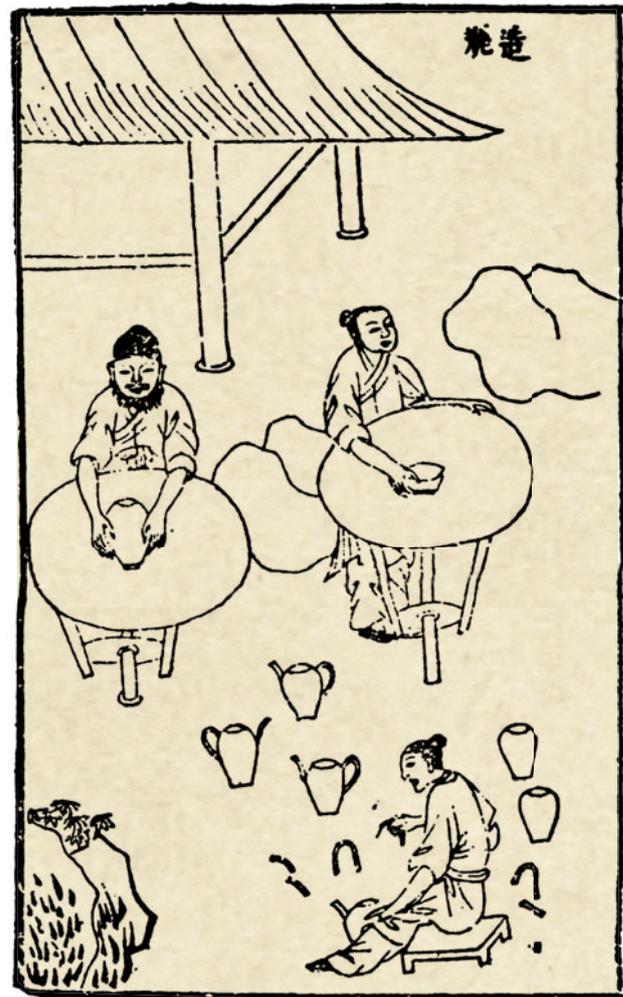
Desde o ano *jiashen* 甲申 (1524), que foi um desastre, Shuangyu estava cheia de mercadorias. Com a chegada da missão tributária do Japão,¹⁷ os comerciantes do comércio marítimo começaram a desfazer-se das suas mercadorias e convidaram os *wako* a reforçar a sua própria segurança. As autoridades tentaram proibi-lo, mas sem resultado. Os barcos de Xiyang voltaram aos seus ancoradouros não oficiais e os barcos de Dongyang

东洋 (Mar do Oriente) espalharam-se pelos mares. Os barcos comerciais transformaram-se em embarcações de pirataria.¹⁸

Com base neste documento, numa obra sobre a defesa marítima, publicada em 1999, "Actas da Mesa Redonda sobre os Vestígios do Comércio dos Portugueses em Liampó, na Dinastia Ming", afirma-se:

"Os portugueses teriam começado a participar nas actividades comerciais em Shuangyu entre o 4.º e o 5.º ano do reinado de Jiajing 嘉靖 (1525-1526), isto é, na década 20 do século XVI. Os portugueses abandonaram Shuangyu no ano em que Zhu Wan desencadeou a batalha de Shuangyu, isto é, no 27.º ano do reinado de Jiajing (1548)."¹⁹

A data de 1526 é sugerida por Zheng Shungong 郑舜功, autor de *Riben Yijian* 日本一鉴 (Um Olhar sobre o Japão), datável de 1564, nestes termos:



ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

“O comércio ilegal pelas águas de Zhejiang iniciou-se com Deng Liao 邓獠,²⁰ natural de Fujian. O contrabandista que se encontrava encarcerado na prisão de Anchasi 按察司, acusado de vários crimes, conseguiu evadir-se no 5.º ano do reinado Jiajing (1526). Nas suas andanças pelo mar trouxe *Fanyi* (bárbaros estrangeiros) para praticar o contrabando no Shuangyugang das águas de Zhejiang, com a protecção de outros contrabandistas, como Lu Huangsi 卢黄四, natural de Heao 合澳.”²¹

A partir de fontes portuguesas, Rui Manuel Loureiro frisa:

“No sentido de consolidar os laços mercantis com o litoral da China, Jorge Cabral, para além de se mostrar acolhedor, tomara duas outras importantes decisões. Em primeiro lugar, encomendara aos chineses que tinham visitado Malaca na monção de 1527 ‘algumas peças’ destinadas ao monarca português. A

documentação existente não permite esclarecer de que tipo de peças se tratava; mas foi já sugerido que Jorge Cabral teria mandado fazer na China um conjunto de objectos de porcelana, o que é bastante provável. Para relativa surpresa do capitão, a encomenda fora tomada em devida conta e as referidas peças haviam sido entregues na viagem do ano seguinte. Jorge Cabral encarara o facto como um sinal evidente da boa-vontade dos chineses e também como prova da sua intenção de começarem a frequentar regularmente o entreposto português de Malaca: ‘peraquy sabera que são os chyns çertos em malaca pois se comfia delles fazenda e tornão co ella’.

Em seguida, Jorge Cabral, manifestando o seu empenho na reabertura do tráfico com a China, revelava a D. João III que decidira enviar um junco a Cantão na monção de 1528.”²²

Um dos piratas podia ser Deng Liao. No entanto, parece-nos difícil estabelecer tal identificação com solidez documental. Como os Portugueses não conseguiram, nos primeiros contactos oficiais com a China, através da embaixada de Tomé Pires,²³ o estatuto de país tributário, a única forma de entrar legalmente na China, restava-lhes participar no comércio ilegal, individualmente. Em consequência do Memorial apresentado em 1529 por Lin Fu 林富, vice-rei de Cantão, foram revogadas as proibições marítimas impostas a Cantão, que pôde assim restabelecer o comércio tributário com o Sudeste Asiático, mas os Portugueses continuaram impedidos de entrar legalmente na China.

“Mas a região de Cantão, apesar de reaberta a navios estrangeiros, continuava, num primeiro momento, interdita aos portugueses. Como relembra Couto, depois dos acontecimentos de 1521 e 1522, ‘de tal maneira ficam os portugueses odiados, e avorrecidos, que mandou ElRey por hum Edicto geral’. Esse édito, ordenando que ‘se não consentissem mais em seus Reynos homens das barbas, e olhos grandes’, foi escrito ‘com letras grandes de ouro’ e afixado ‘sobre as portas da Cidade de Cantão’.”²⁴ Zheng Shungong chama *Fanyi* a todos os estrangeiros, pelo que os Portugueses podem estar incluídos nesse grupo. Aliás, na verdade, os Portugueses andavam disfarçados de siameses, como o atestam inúmeras referências na *Peregrinação* e nas fontes chinesas coevas.

Quanto à data de 1538, existe uma referência chinesa abonatória:



ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

“No dia *kuiyou* 癸酉 da 4.^a Lua do 27.^o do reinado de Jiajing (4 de Junho de 1548) [...] Zhu Wan, governador dos Assuntos Marítimos de Zhejiang e Fujian, com o título honorífico de censor metropolitano da Direita, recebeu as suas credenciais e bandeira própria. Inicialmente, os chineses andavam com excessivo gosto pelas mercadorias trazidas pelos bárbaros e começaram a fazer negócios clandestinos com eles. No 17.^o ano do reinado de Jiajing (1538), Jin Zilao 金子老,²⁵ natural de Fujian, tornou-se proprietário de barcos que comercializavam com os bárbaros e ocupou o porto de Liampó.”²⁶

Hu Zongxian 胡宗宪 afirma:

“Jin Zilao, no 18.^o ano do reinado de Jiajing (1539) trouxe Xifanren 西番人 (bárbaros do Oeste)²⁷ para fazer negócios em Shuangyugang, usando-o como base.”²⁸

A data de 1540 é a mais referenciada nas fontes chinesas:

“No ano *gengzi* 庚子 do reinado de Jiajing (1540), começaram a atrair bárbaros Folangji 佛郎机 para as águas de Zhejiang e a ancorar em Shangyugang, onde se dedicavam ao comércio clandestino.”²⁹

“A seguir, no 19.^o ano do reinado Jiajing (1540), os irmãos Xu Yi 许一 (Xu, o Primeiro), Xu Er 许二 (Xu, o Segundo), Xu San 许三 (Xu, o Terceiro) e Xu Si 许四 (Xu, o Quarto) atraíram às escondidas bárbaros de Folangji, de Dayi 大宜 (Patane) e de Malaca, a frequentar os portos de Shuangyu e Damao 大茅 (Ervas Gigantes), à procura de lucros fabulosos. Foi assim que o Sudeste do nosso país ficou infestado de piratas.”³⁰

“Mais tarde, no 19.^o ano (1540) do reinado Jiajing, os irmãos Xu Yi (aliás Song 松), Xu Er (aliás Nang 楠), Xu San (aliás Dong 栋) e Xu Si (aliás Zi 梓) atraíram os bárbaros de Folangji para as águas de Zhejiang (esses bárbaros vieram comerciar a Cantão durante o reinado de Zhengde 正德 (1506-1521). Não conseguiram aquilo que queriam e foram expulsos pelo *haidao fushi* 海道副使 (subintendente da Defesa Marítima) Wang Hong 王鋹. Mais tarde voltaram a residir em Malaca, de onde os trouxeram os irmãos de Xu Yi e passaram a frequentar os portos de Shuangyu e Damao.”³¹

São estas as referências expressas à presença em Liampó dos Folangji, designação algo pejorativa conferida nessa altura aos Portugueses.

Há mais informações relativas à presença portuguesa em Liampó no ano de 1540:

“No ano *shushen* 戊申 do reinado de Jiajing (1548), houve o sucesso militar do censor metropolitano Zhu Wan em Shangyugang, que está sob a vigilância do Posto Militar de Guoju 鄞衢 de Dinghai 定海. É a base dos piratas Li Guangtou 李光头 (Li, o Careca) e Xu Dong, entre outros. Ocuparam-no desde o ano *gengzi* (1540) até ao ano *shushen* (1548), num total de 9 anos. Não faltavam nem quartéis nem navios de guerra.”³²

“No 19.^o ano do reinado de Jiajing (1540), os cabecilhas dos piratas, Li Guangtou e Xu Dong, atraíram piratas japoneses a concentrar-se em Shangyugang. Li Guangtou é natural de Fujian, Li Qi 李七 (Li, o Sétimo) e Xu Dong 许栋, isto é Xu Er (Xu, o Segundo),³³ naturais de She 歙³⁴. Todos estavam presos numa cadeia de Fujian por terem cometido crimes. Evadiram-se da prisão para o mar e atraíram piratas japoneses a concentrar-se em Shangyugang, sob a vigilância do Posto Militar de Guoju. Entre os seus



ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

sequazes, temos Wang Zhi 王直, Xu Weixue 徐惟学, Ye Zongman 叶宗满, Xie He 谢和 e Fang Tingzhu 方庭助 entre outros, que frequentavam os países bárbaros e praticavam a pirataria criando assim muitos problemas nas rotas marítimas ...”³⁴

Wang Zhi, que encabeça a lista, pertencia ao grupo Huishang 徽商, isto é, comerciantes de Huizhou 徽州 que detinham uma rede comercial que cobria a quase totalidade do território chinês, com incidência no vale do rio Yangtse, no Grande Canal e no litoral Sudeste.³⁴ Esta rede nacional tanto servia para reunir produtos para a exportação como para distribuir as mercadorias importadas. As actividades comerciais dos comerciantes de Cantão e Fujian estavam restritas ao litoral e muitas vezes eram agentes dos Huishang. O letrado He Qiaoyuan 何乔远 comenta:

“A vila de Anping 安平 fica à beira-mar e os seus habitantes dedicam-se ao comércio ao serviço dos comerciantes de Hui 徽 e She. Navegam pelos mares para comerciar com os bárbaros. O que ganhavam mal chegava para o seu sustento.”³⁷ Wang Zhi exercia a importante função de “fiel depositante” e “fiador” nas transacções comerciais entre diferentes grupos, sobretudo entre os comerciantes fixos do continente da China e os comerciantes marítimos, incluindo os Portugueses.³⁸

Foi ele que serviu de intérprete aos três portugueses que desembarcaram, em 1543, em Tanegashima.³⁹

“A partir de 1533, portanto, ficou novamente aberto o caminho da China, pois os navios portugueses que partissem de Malaca em direcção aos portos meridionais chineses poderiam escalar Pão e Patane, ambos importantes fornecedores de pimenta, produto fundamental para o comércio luso-chinês. Gaspar Correia afirma que ‘por caso d’estas pazes se tornou assentar a paz da China’. E Lopes de Castanheda quase repete as mesmas palavras, escrevendo que ‘estas pazes forão causa de tornarem a tratar na China’. Ou seja, ambos os cronistas estabelecem uma relação de causa e efeito entre as pazes com Pão e Patane e o retomar do tráfico português com a China. E em 1533, no mesmo

ano em que Manuel Godinho foi a Pão e a Patane negociar as tréguas, realizou-se uma primeira viagem portuguesa à China.”⁴⁰

Nestas circunstâncias, começou a haver movimentação em direcção à China: “e sobretudo lhe he defeso nas leis otanerizar por que eu fui a Camtão ao porto velho, omde paguei os direitos na era de trimta e tres ...”⁴¹

O “porto velho” aqui referido deve ser Tamão.⁴² Rui Manuel Loureiro sugere poder ser Afonso Gentil esse comerciante.⁴³ Após esta primeira tentativa, os Portugueses começaram a navegar pelo litoral da China. “e que indo no ano de 1534 para a China em um junco seu muito grande, no qual levava vinte portugueses dos mais honrados e ricos da fortaleza, e também sua mulher, chegando à ilha de Pulo Catão fizera aí aguada, com tenção de passar ao porto de Chinchéu ...”⁴⁴

Em 1535, Estêvão da Gama, capitão de Malaca, iniciou os preparativos para mandar uma expedição comercial à China.⁴⁵ No mesmo ano, chineses levaram o famoso “pao da China” à Índia Portuguesa: “E como elles curam la com esta mezinha, acertaram acaso de trazer della esta raiz os Chins pera se curar cá no anno de 1535.”⁴⁶

Em 1536, havia portugueses nas “Ilhas de Cantão”.⁴⁷

Em 1541, apareceram as peças de porcelana de “encomenda”,⁴⁸ com a inscrição alusiva ao mandato de Pêro de Faria.⁴⁹

Pelo exposto, parece que, de 1523 ou 1524, alguns portugueses poderão ter alcançado Liampó, misturados com asiáticos. A partir de 1526, os Portugueses chegaram a Liampó, trazidos por Deng Liao. A partir de 1533, os Portugueses começaram a frequentar o litoral chinês. Até aqui tudo teria sido de iniciativa privada. A iniciativa oficial de viagens à China teria tido lugar nesse mesmo ano, com Estêvão da Gama no cargo do capitão de Malaca. Não há dúvida que, a partir de 1540, Liampó se tornou numa importante base para os comerciantes clandestinos chineses, portugueses, japoneses e outros asiáticos, quer independentes quer ao serviço dos Chineses e/ou



ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

Portugueses. Essas actividades comerciais portuguesas ou luso-asiáticas no litoral chinês ficaram registadas tanto nas fontes escritas como nas porcelanas de encomenda que testemunham essa fase das relações luso-chinesas.

As várias datas registadas nas fontes chinesas e os ‘ecos’ nas fontes portuguesas provam o paulatino processo evolutivo de um comércio clandestino internacional e a presença lusa em Liampó, o primeiro estabelecimento português no solo chinês, mais ou menos estável, antes da fundação de Macau.

A ESCUDELA DE PÊRO DE FARIA, DE 1541

Foi nas circunstâncias acima referidas que surgiram as peças de encomenda em porcelana com uma inscrição alusiva a 1541, do segundo mandato de Pêro de Faria. É a “mais antiga inscrição e também a mais antiga data conhecida sobre peças de fabrico chinês para o mercado ocidental...”⁵⁰ Dessas encomendas conhecem-se hoje três peças: uma no Museu Duca di Martina, Nápoles, uma segunda no Topkapi Saray Museum, Istambul, e uma terceira no Museu Rainha D. Leonor, Beja,⁵¹ a única que aqui nos interessa.

Antes de entramos na abordagem proposta, deter-nos-emos sumariamente na história da porcelana chinesa, que constitui um dos mais importantes contributos sínicos para a Humanidade, sendo um dos símbolos culturais da China.

Jingdezhen 景德镇 (vila de Jingde), a chamada “capital da porcelana” da China, situa-se no Nordeste da província de Jiangxi 江西 e foi na China imperial o maior e melhor centro produtor da porcelana chinesa. Inicialmente, estava sob a tutela administrativa do distrito de Fuliang 浮梁. Na dinastia Jin de Leste 东晋 (317-429) chamava-se Xinping Zhen 新平镇 (vila de Xinping). Durante a dinastia Tang 唐 (618-907) passou chamar-se Changnan Zhen 昌南镇 (vila de Changnan), sendo também conhecida por Taoyangng Zhen 陶阳镇 (vila de Taoyangng). Só a partir do reinado de Jingde 景德 (1004-1007) da dinastia Song 宋 (960-

-1279) a cidade recebeu o actual nome. “Jing” significa “prosperidade” e “de”, “virtude”.

O imperador Zhao Heng 赵恒 encomendou peças de porcelana para a Casa Imperial, com a marca “Jingde Nian Zhi” 景德年制 (fabricada no reinado de Jingde). Essas peças da encomenda imperial passaram ser conhecidas como “Jingdezhen Ciqi” 景德镇瓷器 (porcelana da vila de Jingde), daí que Changnan Zhen ou Taoyangng Zhen tenha passado a chamar-se Jingdezhen.

A porcelana “azul e branco” é uma das quatro grandes séries dos produtos de Jingdezhen. A sua origem remonta à dinastia Tang e a sua técnica foi aperfeiçoada na dinastia Yuan 元 (1279-1368), tendo conhecido um grande desenvolvimento e uma ampla divulgação na dinastia Ming 明 (1368-1644).

Com base na “Fuliang Ciju” 浮梁瓷局 (Fábrica Imperial de Porcelana de Fuliang), criada ainda na dinastia anterior, o fundador da dinastia Ming, Zhu Yuanzhang 朱元璋 ordenou a criação da “Yuqichang” 御器厂 (Fábrica de Peças Imperiais), que se dedicava exclusivamente à produção de objectos destinados à Corte.

Foi durante a dinastia Han 汉 (206 A.C-220) que essa porcelana começou a ser exportada⁵² para a Ásia Marítima.⁵³

A partir das dinastias Tang e Song,⁵⁴ a porcelana chinesa começou a ser exportada para o resto do mundo, por duas vias: a Rota da Seda, pelas estepes e desertos do Norte, e a Rota da Porcelana, pelos mares do Sul da China e pelo Índico. A bordo dos “barcos de tesouro” das sete viagens chefiadas pelo almirante Zheng He 郑和,⁵⁵ havia grande quantidade da porcelana “azul e branco”, quer para oferecer aos dignitários locais quer para transaccionar. Apenas 65 anos após a destruição da armada de Zheng He, em 1433, os Portugueses descobriam a via marítima para a Índia, criando a Rota do Cabo. A partir da conquista de Malaca em 1511, os Portugueses começaram a navegar para o Império do Meio e a entrar directamente nos



Interior e fundo da escudela de Pêro de Faria.
Cortesias do Museu Rainha D. Leonor, Beja. Fotos Francisco Paixão.

ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

“negócios da China”, principalmente da seda e da porcelana.

Deste comércio da porcelana surgiram as primeiras peças de encomenda, umas com inscrições e outras com brasões e inscrições.

A chamada “Escudela de Pêro de Faria, de 1541”, agora pertencente ao Museu Regional de Beja (Museu Rainha D. Leonor) é uma peça de porcelana “azul e branco” da dinastia Ming. Embora datada de 1541, ostenta no fundo uma marca apócrifa do reinado de Xuande 宣德 (1426-1435).

O reinado de Xuande, embora de muito curta duração, foi a “Idade de Ouro” na fabrico da porcelana “azul e branco”. As peças deste reinado têm a primazia em quase em tudo:⁵⁶ matérias-primas, variedade de modelos, motivos decorativos, uso do cobalto importado, pintura e marca apócrifa, sendo por isso muito apreciadas.

“Estas marcações são relativamente frequentes e visavam valorizar as peças consignando--as a épocas consideradas de maior prestígio.”⁵⁷ Eis a razão pela qual a “Escudela de Pêro de Faria, de 1541” leva a marca apócrifa de Xuande, apesar de ter sido encomendada no reinado de Jiajing

(1522-1566). É durante este reinado que começam as imitações ou “falsificações” de peças de Xuande e que continuam ainda hoje a inundar o mercado chinês.

Esta peça museológica é raríssima e está presente em todos os catálogos de exposições sobre os Descobrimientos Portugueses e as relações sino-portuguesas.

Parece ter sido Manuel de Faria e Sousa o primeiro a usar o termo “escudilla” (escudela)⁵⁸ para designar esta peça. Luís Keil traduziu-a para português da seguinte forma: “A escudela (*ouan*, em chinês) de pequenas dimensões (0,183 x 0,167 x 0,066), pesando 493 gramas, com duas asas em relevo recortadas e decoradas com um botão de flor e duas folhas, tem o esmalte branco levemente azulado.”⁵⁹ “Ouan”, “wan” 碗 em *pinyin*,⁶⁰ quer dizer tigela.

O Pe. Manuel Teixeira chama-lhe com mais propriedade “malga”.⁶¹

Segundo Geng Baochang 耿宝昌, que trabalha há mais de meio século como avaliador de porcelana

no Museu da Cidade Proibida de Pequim e é autor de mais de uma dezena de obras sobre a porcelana chinesa, esta peça “pode ser chamada de *tangwan* 汤碗 (tigela para sopa) ou de *tangpen* 汤盆 (terrina). Deve ter tido a sua tampa.”⁶²

Trata-se de um utensílio para sopa ou cozinhados com molho.

A peça da Beja é geralmente conhecida de “Escudela de Pêro de Faria, de 1541”. O que não se compreende é o facto de encontrarmos na peça depositada no Museu Duca di Martina simultaneamente uma inscrição alusiva ao tempo de Pêro de Faria, 1541, e as armas da família de Abreu.

Teria sido uma peça encomendada por algum Abreu, “no tempo de Pêro de Faria” ou teria sido Pêro de Faria quem encomendou peças com as armas de algum Abreu?⁶³ Segundo Luís Keil:

“Várias hipóteses se podem formular acerca da origem da legenda inscrita nas escudelas.

Pêro de Faria talvez visse uma peça semelhante e, achando-a a seu gosto, encomendou outra, mandando-lhe pôr o seu nome.

Qualquer personagem chinesa, das muitas com que o capitão praticava, quis fazer um presente a Pêro de Faria e fez inscrever o nome do seu amigo numa peça igual àquelas que se reputavam das mais belas e raras.

Ainda algum dos portugueses de Liampó as mandou fazer para presentear o Governador da mais próxima estação portuguesa e, compondo a legenda, a mandara fabricar, enviando-a depois a Malaca.

Apontaria também a hipótese de as escudelas terem sido mandadas executar por qualquer dos portugueses daquelas regiões para seu uso, e o facto de ter a inscrição com o nome de Pêro de Faria nada provaria ser a este destinada, mas somente significaria a marcação da época da encomenda por ser o nome do capitão de Malaca, muito conhecido e respeitado naquelas paragens e ser a principal autoridade no extremo dos estabelecimentos portugueses daquele tempo.



A escudela de Pêro de Faria.
Cortesia do Museu Rainha D. Leonor, Beja. Foto Francisco Paixão.

ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

O certo é que alguém deu ordem para se fabricar uma ou mais peças conforme o modelo escolhido ou desejado, e escreveu uma legenda com palavras portuguesas e a data de 1541, para ser copiada devidamente no bordo da escudela.

O decorador chinês, seguindo os imutáveis processos habituais de imitação, copiou a decoração e *nien-hao*⁶⁴ dos modelos, acrescentando-lhes as legendas, e numa o brasão.⁶⁵

É desta fidelíssima imitação de um objecto, qualidade ou defeito próprios da observação e aplicação do sentimento chinês, resultou o anacronismo, a que já tanto me referi, entre a data e a marca, porventura justificado, mas que a nós ocidentais nos surpreende pelo uso de processos que se não adequam à nossa maneira de proceder.⁶⁶

Conclusões que partilhamos com o autor. “No tempo de Pêro de Faria, de 1541” não passa de um elemento identificador da data de fabricação, como levam todas as peças produzidas pelos “fornos imperiais”. Curiosamente, esta peça, além de possuir a sua marca apócrifa chinesa de Xuande, leva uma marca apócrifa em português.

Vejam os mais explicações de Luís Keil, citando Manuel de Faria e Sousa:

“Tratando de Pêro de Faria, depois de vários encómios e de uma recapitulação sucinta dos seus feitos conhecidos, que ele respigou em parte nos escritos de Castanheda e de João de Barros, o autor das *Notas* escreve textualmente o seguinte: *Allá en lo interior de la China, adonde solamente se labran las porcelanas, se labraron muchas, que en contorno dezia el tiempo del labor deste modo: En tiempo de Pedro de Faria ano 1541.*

Viniendole de allá a Malaca un precioso presente en grautitud y aplauso de sus obras, fueran parte del muchas destas porcelanas, como lo refiere Fernan Mendez Pinto en su Historia; y este ano de 1640; me mostro una delas (conservase en su casa y es una escudilla con alletas) D. Manuel Alvarez Pinto y Ribera Cavallero de la Orden de Santiago, fidalgo de la Casa Real y señor de la vila de CHILUECHEZ; con ocasion de averse abierto platica sobre la mucha o poca verdad con que el Mendez avia escrito, traendo-se la porcelana por vivo testimonio de quan verdadero fue en sus escritura, pues asta esto salia a luz su verdad, conservada por tantos anos en testimonio tan fragil como es la porcelana. En ella, pues, yo vi y lii la inscripcion referida y de letras

*versales latinas, como essa con que abi dexo copiada y son ‘azules’.*⁶⁷

A afirmação de “*Allá en lo interior de la China, adonde solamente se labran las porcelanas, se labraron muchas, que en contorno dezia el tiempo del labor deste modo: En tiempo de Pedro de Faria ano 1541*” está certíssima e destaca que “*en tiempo de Pedro de Faria ano 1541*” é “*el tiempo del labor*”.

Se Manuel de Faria e Sousa afirma ter visto “*una escudilla con alletas*” com esta legenda, bem podia ser uma da mesma encomenda de que fazia parte a da Beja. Esta só se tornou conhecida no século XX, mas no século XVII, Manuel de Faria e Sousa afirma “*En ella, pues, yo vi y lii la inscripcion referida y de letras versales latinas, como essa con que abi dexo copiada y son ‘azules’*”. O que o autor escreve merece todo o crédito e é essencial para entendermos a função daquela legenda.

Pela mesma inscrição existente na orla interior da Beja, a sua tampa supostamente “perdida” poderia ter outras armas e não as dos Faria. Por consequente, a da Beja teria sido uma encomenda de uma outra pessoa, cujo brasão deveria estar na “tampa”, e não do próprio Pêro de Faria, como se julgou até agora. Outra hipótese é a de ser uma peça encomendada por Pêro de Faria, com a mesma legenda de outras peças brasonadas.

Os artesãos chineses que executaram as encomendas teriam então usado a frase “No tempo de Pero de Faria, de 1541” como uma marca apócrifa.

Sobre este caso, Rui Manuel Loureiro comenta: “A existência destas peças sugere que no tempo de Pêro de Faria existiam mecanismos comerciais bem organizados, que regulavam o tráfico anual entre Malaca e os portos da China. Talvez valha a pena citar uma nota bastante mais tardia de Manuel de Faria e Sousa, incluída numa das obras que editou, e que se refere a este mesmo assunto. O célebre erudito seiscentista afirmava ter visto em 1640 uma escudela que continha inscrição semelhante: *‘En tiempo de Pedro de Faria. Año 1541’*. E adiantava que tal peça fazia parte de um conjunto de objectos de porcelana fabricados no interior da China, que tinham sido enviados a Pêro de Faria, *‘en gratitud y aplauso de sus obras y fama’*. Trata-se de certo de uma interpretação retórica de acontecimentos bastante mais banais. Pêro de Faria e outros portugueses residentes em Malaca, logo que o tráfico com a China foi reaberto, teriam começado a encomendar porcelanas chinesas com inscrições em português, aproveitando-se da sua estada temporária

ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

no Extremo Oriente para obterem uma mercadoria que sendo já de si considerada muito valiosa, maior prestígio traria quando dotada de inscrições personalizadas.⁶⁸ De facto, “*en gratitud y aplauso de sus obras y fama*” não passa de “uma interpretação retórica” ou “considerações e referências elogiosas acerca da família dos Farias, a que ele pertencia ...”.⁶⁹

É de salientar que o Português é a primeira língua ocidental a ser gravada em porcelana chinesa, apesar de já haver objectos anteriores a estas peças personalizadas encomendadas pelos Portugueses com inscrições em sânscrito, árabe, tibetano, entre outras línguas.

Embora haja quem sugira Fernão Mendes Pinto como o mandatário da encomenda desta peça,⁷⁰ a verdade é que não há, até ao momento, qualquer prova que sustente tal suposição, baseada exclusivamente no conhecido relacionamento que Fernão Mendes Pinto tinha com os Faria, seja no Reino seja em Malaca, e que ficou registado na *Peregrinação*.

Uma fonte chinesa oficial, de autoria de Zhu Wan, traz-nos algumas pistas sobre os possíveis agentes destas encomendas. Trata-se de um interrogatório feito aos homens, das mais variadas nacionalidades, feitos prisioneiros pelas forças navais chinesas durante a expedição de 1548 contra Liampo:

“O 3.º dia da 8.ª Lua do 27.º ano do reinado de Jiajing (4 de Setembro de 1548) [...] Agora dos irmãos, Xu Liu 许六 (Xu, o Sexto) está preso na cadeia da prefeitura de Shaoxing 绍兴府. O Quarto Irmão, que não se dá bem com os familiares do mesmo clã, andava a construir ilegalmente barcos com mais de dois mastros, que eram proibidos, com Lin Lanshi 林烂四, entre outros, que foi capturado e morto na cadeia. Com os tais barcos levava mercadorias proibidas e ia comerciar com países bárbaros, em ligação clandestina com os piratas, [...] construíram, em separado, barcos grandes de três mastros e estiveram associados durante anos no comércio de retrós, sedas e porcelanas, entre outras mercadorias, levando-as, armados, furtivamente para Folangji⁷¹ e Mangala 满咖喇 (Bengala), entre outros países, onde se entregaram ao serviço dos Fanwang 番王 (reis bárbaros), tais como Bielu Foli 别录佛哩 (Pêro [de] Faria), Leigesi 类伐司 (Regos), Bieli Ximou 别哩西牟 (Pêro Simão), Budele Ximou Tuomiluo 不得罗西牟陀密罗 (Pedro Simão Ramiro), entre outros. Em nome de Xu Dong receberam destes pimenta, pau-sapão, marfim e especiarias, entre outras mercadorias,

e também berços, espingardas e facas, de todos os tamanhos, entre outras armas ...”.⁷²

O Bielu Foli encabeça a lista dos “Fanwang”, o que corresponde à sua posição de capitão de Malaca.

De acordo com este documento, os intermediários poderiam ter sido os irmãos Xu e os seus homens.

Quanto à origem da peça da Beja,⁷³ Luís Keil é contraditório. A determinado passo afirma: “muito naturalmente numa manufactura da Cidade de Kiang-Si ou nalguma das fábricas da província de Tche-Kiang”⁷⁴ para, em outra passagem, apontar Jingdezhen como a origem:

“Teria Fernão Mendes Pinto, o autor da célebre *Peregrinação*, amigo e enviado de Pêro de Faria em negócios públicos e particulares, alguma interferência na encomenda das peças?

Não esteve êle em Leang-pou⁷⁵ cinco meses no ano de 1541, e não foi dali que as peças, foram seguramente encomendadas em King-te-tsin⁷⁶ por intermédio da vizinha Ning-pou?⁷⁷

Fernão Mendes Pinto volta a Malaca em fins de 1542 ou no começo de 1543, onde ‘ainda encontra’ Pêro de Faria. Teria sido ele a pessoa que mandou fazer as peças ou teria delas conhecimento?”⁷⁸

A peça da Beja parece ter origem em Jingdezhen, pois tem um azul-cobalto muito carregado e violáceo, bem típico do período do reinado de Jiajing.⁷⁹

A sua proveniência de Jingdezhen pode ser comprovada através de vários factos.

Em primeiro lugar, os Portugueses já tinham informações sobre Jingdezhen. Galiote Pereira, um dos cativos de Cantão, escreve: “Ha outra provincia que se chama Quianssi e he esta também o nome da principal cidade e cabeça das outras.⁸⁰ E he ai que se faz toda a porsolana fina de Çulljo⁸¹ pera sima, sem se fazer em nenhuma outra parte, e de Çullio⁸² em todas as cidades da China. E como esta cidade de Quiansi esteja mais perto de Liampo que do Chincheo e não de Cantão, ha sempre em Liampo muita porselana e barata, e come ate qui os Portugueses sabião tão pouco desta terra, avião muitos que cuidavão e afirmavão que se fazião em Liampo, mas esta he a verdade.”⁸³

Fr. Gaspar da Cruz tem um relato semelhante, baseado nas informações de Galiote Pereira.

“A outra província se chama Sanxi, e o mesmo é o nome da cidade que é cabeça da província. Tem esta província treze cidades. Nesta província somente se faz a porcelana, e porque está perto de Liampo, onde se

ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

vendia muita e muito boa e barata, tinham para si os Portugueses que se fazia no mesmo Liampó.”⁸⁴

Estas informações confirmam com segurança a origem da porcelana comercializada em Liampó, ao estabelecer as relações comerciais entre Jingdezhen e a primeira localidade.⁸⁵

Em segundo lugar, a supracitada fonte chinesa de 1548 é muito clara ao frisar: “construíram, em separado, barcos grandes de três mastros e levaram anos a estabelecer-se no comércio de retrós, sedas e porcelanas, entre outras mercadorias e as levavam, armados, para ir clandestinamente a Folangji e Mangala, entre os países ...”

Em terceiro lugar, nos anos 80 do século passado, as autoridades de Liampó descobriram uma área de 10 mil metros quadrados com cacos de porcelana⁸⁶ na ilha de Liuheng 六横 (Seis Colinas Atravessadas),⁸⁷ uma das duas que formam Liampó. Estes fragmentos são o resultado das peças que se quebravam durante o transporte de Jingdezhen até Liampó pela rede dos canais internos e e daquelas que por apresentarem defeitos eram partidas *in loco*, prática comum no negócio da porcelana.

CONCLUSÃO

A peça da Beja teria sido uma encomenda feita no tempo de Pêro de Faria e provavelmente não por este. Parece indubitável a sua origem de Jingdezhen. Os possíveis agentes intermediários teriam sido chineses. Mesmo na hipótese de terem sido portugueses, estes últimos teriam sempre que recorrer ao serviço dos chineses, os seus parceiros, para estabelecer contactos com os comerciantes da porcelana de Jingdezhen. Teria, então, sido uma “encomenda conjunta”.

Os Portugueses foram os pioneiros no comércio transoceânico da porcelana da China para a Europa e foram os primeiros clientes de peças brasonadas e com inscrições em português. O Português é, por isso, a primeira língua ocidental a ser gravada na porcelana chinesa de encomenda do século XVI.

As primeiras peças de encomenda são os primeiros produtos da Globalização, a testemunhar o intercâmbio cultural e material entre o Oriente e o Ocidente, protagonizado pelos Chineses e Portugueses, uma página gloriosa da civilização da Humanidade. **RC**

NOTAS

- 1 João Paulo Oliveira e Costa, “A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531) – do sonho manuelino ao realismo joanino”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 11-84 e Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 289-293.
- 2 Jin Guo Ping 金国平, “1521-1522 Nianjian Zhongpu Junshi Chongtu – Xicaowan Shikao” 1521-1522 年间中葡军事冲突 “西草湾” 试考 (Os Conflitos Armados Sino-Portugueses entre 1521 e 1522. Uma tentativa de identificação de Xicaowan, o lugar da batalha naval da armada de Martim Afonso de Melo Coutinho), in *Xili Dongjian—Zaoqi Zhongpu Jiechu Zhuixi* 西力东渐—早期中葡接触追昔 (O Ocidente ao Encontro do Oriente. Uma Retrospectiva dos Primeiros Contactos Sino-Portugueses), Macau, Fundação Macau, 2000, pp. 1-18.
- 3 Jin Guo Ping, “Nan’ao Sankao” 南澳三考 (Três apontamentos históricos sobre Lamao), in *ibidem*, pp. 74-82.
- 4 Jin Guo Ping, “Zaoqi Puyu Wenxian Zhong De Chincheo” 早期葡语文献中的 Chincheo (Chinchéu nas fontes literárias e históricas portuguesas. A presença portuguesa em Fujian), in *ibidem*, pp. 52-73.
- 5 Sobre a sua localização geográfica, veja-se Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun 张正春, “Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, pp. 90-101.
- 6 L. Carrington Goodrich, Chaoying Fang (eds.), *Dictionary of Ming biography, 1368-1644*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1976, v. I, pp. 372-375 e Roland L. Higgins, *Piracy and coastal defence in the Ming period, governmental response to coastal disturbance 1523-1549*, Ann Arbor, University microfilm international, 1981, pp. 249-201. Para uma tradução em inglês da sua biografia em *Mingshi* 明史 (História dos Ming), cf. So Kwan-wai, *Japanese piracy in Ming China during the 16th century*, Michigan State University Press, 1975, pp. 51-53.
- 7 So Kwan-wai, *Japanese piracy in Ming China ...*, *passim* e Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun, “Liampó reexaminado a luz de fontes chinesas”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, pp. 119-126.
- 8 Jiang Wenbo 蒋文波 (dir.), *Liuheng Zhi* 六横志 (Crónica de Liuheng), Xangai, Livraria de Xangai, 1996, p. 497.
- 9 So Kwan-wai, *Japanese piracy in Ming China ...*, p. 5 e Roland L. Higgins, *Piracy and coastal defence in the Ming period ...*, pp. 45-58. Um estudo mais recente de grande qualidade e documentado em fontes japonesas sobre este caso é Oláh Csaba, “Debatten über den japanischen Tribut nach dem Zwischenfall in Ningbo (1523) und der chinesische Umgang mit der ersten darauf folgenden japanischen Gesandtschaft (1539-40)”, in Angela Scottenhammer (ed.), *The East Asian Maritime World 1400-1800: Its Fabrics of Power and Dynamics*

ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

- of Exchanges, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2007, pp. 169-218. Sobre o “incidente de 1523”, ver pp. 169-185.
- 10 Na transcrição destes nomes japoneses contamos com a ajuda da Prof. Doutora Mihoko Oka, da Universidade de Tóquio, a quem agradecemos sinceramente.
- 11 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 313.
- 12 *Ibidem*, p. 317.
- 13 Ana Maria Amaro, *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão: Assim Cresceu Macau*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Livros do Oriente, 1998, p. 95.
- 14 Zhu Wan, *Fuyu Zaji* 鬻余杂集 (Miscelânea do Cântaro Quebrado), edição (c. 1587) de Zhu Zhi 朱质, bisneto do autor, *juan 2*, p. 43.
- 15 Aqui, “Oeste” refere-se à zona a oeste de Borneo.
- 16 Os mares a oeste de Borneo.
- 17 Em 1523.
- 18 Wu Zhiliang 吴志良 e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (Colecção de Arquivos e Documentos das Dinastias Ming e Qing relativos a Macau), Pequim, Editora do Povo, 1999, vol. 5, pp. 102-103. Para um período mais tardio, pode-se consultar, Merrilyn Fitzpatrick, *Local administration in northern Chekiang and the response to the pirate invasions of 1553-1556*, Thesis (Ph. D.), Australian National University, 1976, 265 pp. Para uma análise comparativa, pode-se consultar Roderich Ptak, “Piracy along the Coasts of Southwest India and Ming China: Comparative Notes on two Sixteenth Century Cases”, in Artur Teodoro de Matos, Luís Filipe F. Reis Thomaz (eds.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (Macau, 22-26 de Outubro de 1991) (Macau/Lisboa, 1993), pp. 255-273.
- 19 *Shangyugang Yanjiu* 双屿港研究 (Estudos sobre o Porto de Liampó), Gabinete da História Local do Município de Zhoushan, Gabinete da História Local do Distrito de Putuo do Município de Zhoushan e Sociedade de Estudos sobre o Novo Corpo Militar n.º 4, Pequim, Editora Wenjing, 2001, p. 256.
- 20 So Kwan-wai, *Japanese piracy in Ming China ...*, p. 42.
- 21 Zheng Shungong 郑舜功, *Riben Yijian* 日本一鉴 (Um Olhar sobre o Japão), Livraria Weijing, edição fac-similada dum códice da obra datável de 1564, 1939, *juan 6*, fol. 3v.
- 22 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 314.
- 23 Para um estudo mais recente, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Uma embaixada com dois embaixadores. Novos dados orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan, in *Administração*, n.º 60, Junho de 2003, pp. 685-715.
- 24 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 320.
- 25 Identificável com Similao da *Peregrinação*. “Sim”, foneticamente é parecido com “Jin” e teria faltado o “z”. A sílaba final é igual. Para mais informações, cf. Jin Guo Ping, “Jinzilao Yu ‘Xifanren’ 金子老与“西番人” (Jinzilao e os Bárbaros de Oeste), in *Journal of Sino-Western Cultural Studies*, Macau, Instituto Politécnico de Macau, 2006, n.º 1, pp. 1-10. O seu nome mais correcto é “Jinzhilao” 金纸老, que significa “canalha”, cf. Zheng Guangnan 郑广南, *Zhongguo Haidaoshi* 中国海盜史 (História da Pirataria da China), Xangai, Editora da Universidade Técnica do Leste da China, 1998, p. 185, nota 2.
- 26 Wu Zhiliang e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, vol. 5, p. 50.
- 27 Portugueses.
- 28 *Chouhai Tubian* 筹海图编, (A Defesa Marítima Ilustrada), edição de *Siku Quanshu* 四库全书 (Enciclopédia em 4 Secções), xilografada em 1562, *juan 2*, p. 23.
- 29 Wu Zhiliang e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, vol. 5, p. 153.
- 30 Zheng Shungong, *Riben Yijian* (Um Olhar sobre o Japão), *juan 6*, fol. 11r.
- 31 *Ibidem*, *juan 6*, fol. 2v.
- 32 *Ibidem*, *juan 6*, fol. 11r.
- 33 Assim no original. Na verdade, Xu Dong era Xu San (Xu, o Terceiro).
- 34 Na actual província de Anhui 安徽.
- 35 Wu Zhiliang e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, vol. 5, p. 139.
- 36 Ye Xianen 叶显恩, *Huishang Yu Yuehai Lungao* 徽州与粤海论稿 (Estudos sobre Huizhou e os Mares de Cantão), Hefei, Editora da Universidade de Anhui, 2004, pp. 107 e 113.
- 37 *Ibidem*, p. 109.
- 38 *Ibidem*, p. 119.
- 39 Cf. Olof G. Lidin, *Tanegashima. The Arrival of Europe in Japan*, Series: NIAS Monographs, Volume: 90, NIAS Press, 2002. Graças à gentileza do Prof. Doutor Rui Manuel Loureiro, tivemos acesso a esta obra.
- 40 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 319.
- 41 Raffaella d’Intino, *Enformações das Casas da China*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 60.
- 42 Sobre a sua localização, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Tamão portuguesa descoberta”, in *Revisitar os Primórdios de Macau: Para uma Nova Abordagem da História*, Macau, IPOR, 2007, pp. 43-92.
- 43 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 321.
- 44 Maria Alberta Menéres, ed., Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Lisboa, Edições Afródite, 1980, vol. 1, p. 149.
- 45 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 321.
- 46 Garcia da Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, vol. II, p. 259-260.
- 47 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 322.
- 48 Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822*, vol. I: *O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 436-439, “As primeiras importações da porcelana chinesa” e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 1, t. 1, *Em Torno de Macau*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 475-482.
- 49 Sobre esta figura, veja-se Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI com Inscrições em Português*, Lisboa, 1942, Tip. Bertrand, Sep. do *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, 10, pp. 19-36 e Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822*, vol. I: *O Espaço do Índico*, pp. 440-441.
- 50 Maria Antónia Pinto de Matos, “Porcelana de Encomenda. Os portugueses pioneiros do comércio da porcelana para a Europa, in Óscar Soares Barata e Ana Maria Amaro (eds.), *Estudos sobre a China I*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998, p. 89.
- 51 *Ibidem*, p. 90.
- 52 A bibliografia chinesa sobre o tema é muito escassa. De livros, podemos destacar: Zhu Peichu 朱培初, *Ming Qing Taoci He Shijie Wenhua De Jiaoliu* 明清陶瓷和世界文化的交流 (A Cerâmica e a Porcelana das Dinastias Ming e Qing nos Intercâmbios Culturais Mundiais), Pequim, Editora da Indústria Ligeira, 1984, pp. 34-43. Na tese de mestrado de Weng Shuyun 翁舒韵 “Mingqing Guangdong Qici Waixiao Yanjiu (1511-1842) 明清广东瓷器外销研究 (1511-1842) (A Porcelana de Exportação de Guangdong nas Dinastias Ming e Qing, 1511-1842), Universidade de Ji’nan, 2002, há algumas referências sobre o comércio de porcelana levado a cabo pelos Portugueses, nomeadamente a pp. 8, 12-13.
- 53 Huang Jiyang 黄纪阳, “Ming Qing Qijian Taoci Waixiao De Datupo” 明、清期间陶瓷外贸的大突破 (Grandes avanços na exportação de cerâmica e porcelana durante as dinastias Ming e Qing), in *Foshan Ceramics*, 2006, vol. XVI, n.º 3, p. 31.
- 54 Chen Yuqian 陈雨前, *Zhongguo Taoci Wenhua* 中国陶瓷文化 (Cultura de Cerâmica e Porcelana da China), Beijing, Editora de Construção Civil, 2004, pp. 193-194 e Zhang Guogang 张国刚

ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

- e Wu Weili 吴苇莉, *Zhongxi Wenhua Jiaoliushi* 中西文化关系史 (História do Intercâmbio Cultural entre a China e o Ocidente), Pequim, Editora do Ensino Superior da China, 2006, p. 100.
- 55 Um recentíssima obra sobre Zheng He, altamente recomendável é Roderich Ptak, *Die Maritime Seidenstrasse: Küstenräume, Seefahrt und Handel in vorkolonialer Zeit*, Munique, Verlag C. H. Beck, 2007.
- 56 Sobre as características da porcelana do reinado de Xuande, Feng Xiaoqi 冯小琦 e Chen Runming 陈润民, *Mingqing Qinghua Ciqi—Gugong Bowuyuan Cangci Xingshang* 明清青花瓷器——故宫博物院藏瓷赏析 (Porcelana azul e branco das Dinastias Ming e Qing. Coleção do Museu Imperial da Cidade Proibida), Beijing, Editora de Património, 2000, pp. 10-13, *Zhongguo Taoci Wenhua* 中国陶瓷文化 (Cultura de Cerâmica e Porcelana da China), p. 354, Tie Yuan 铁源 (dir.), *Mingqing Mingyao Ciqi Jiandiang Hongwu Yongle Xuande Juan* 明清民窑瓷器鉴定, 洪武永乐宣德卷 (Avaliação de Peças de Fornos Populares dos Reinados Hong Wu, Yongle e Xuande), Beijing, Editora Sol Nascente, 2005, pp. 135-175 e Jean-Paul Desroches, Rui Manuel Loureiro e Maria Antónia Pinto de Matos, “Azul e branco” da China. Porcelana ao Tempo dos Descobrimentos. A Coleção Amaral Cabral, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1997, pp. 28-34.
- 57 Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822*, vol. 1: *O Espaço do Índico*, p. 440.
- 58 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 40.
- 59 *Ibidem*, p. 5.
- 60 Chávina vem do chinês *chawan* 茶碗, tigela para chá.
- 61 Pe. Manuel Teixeira, “A porcelana no comércio luso-chinês”, in Wu Zhiliang (dir.), *Actas do Seminário Internacional sobre Intercâmbio Cultural Oriente-Occidente*, Macau, Fundação Macau, 1994, p. 198.
- 62 Comunicação pessoal do Dr. Geng Dongsheng 耿东升, em 14 de Agosto de 2006. O Dr. Geng é filho do conhecido avaliador e director do Gabinete de Aquisições do Departamento de Conservação n.º 1 do Museu Nacional da China.
- 63 A maioria dos investigadores aceitam que seja António de Abreu, mas Luís Keil sugere uma maior possibilidade de identificação com João Fernandes de Abreu, cf. *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, pp. 41-42. Outra hipótese de “encomenda conjunta” parece ser muito inverosímil: “É curioso, ainda, assinalar que a escudela de Pero de Faria hoje em Nápoles tem no interior as armas do seu companheiro António de Abreu, capitão-mor do mar de Malaca em 1540-1542: o que talvez signifique uma encomenda conjunta, ou que este tenha servido de intermediário aquele. As pequenas diferenças de peça para peça mostram que os desenhos não foram fielmente cumpridos, e em certos casos terão sido guardados nas oficinas para reutilização posterior. Estas encomendas pessoais representavam extravagâncias de luxo, fruto excêntrico de circunstâncias favoráveis: não por acaso, todas elas partiram de capitães e traficantes activos nos mares da China, enquanto personalidades como Afonso de Albuquerque ou o vice-rei D. João de Castro (1545-1518), tão cioso da sua imagem póstuma, não gozaram do privilégio de possuir tais baixelas personalizadas.” *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 1, t. 1, *Em Torno de Macau (Séculos XVI-XVII)*, p. 479.
- 64 *Nien-hao* 年号, “marca de ano”.
- 65 Zhan Jia 詹嘉, “Manhua Wenzhangci” 漫话纹章瓷 (Uma abordagem geral sobre a porcelana brasonada), in *Hebei Ceramics*, 1999, vol. xxvii, n.º 4, pp. 30-32, Geng Dongsheng, “Shiliu Zhi Shiba Shiji Jingdezhen Waixiaoci De Ouzhou Yishu Fengge” 十六至十八世纪景德镇外销瓷的欧洲艺术风格 (European Style of Porcelain Exported by Jingdezhen in the 16th-18th Centuries), in *Collectors*, 2005, n.º 10, pp. 29-36 e Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Liusan Yu Putaoya De Mingqing Cici” 流散于葡萄牙的明清瓷器 (Ming and Qing Dynasty Chinese Porcelain in Portugal), in *Boletim de Estudos de Macau*, n.º 32, Macau, Universidade de Macau, 2006, pp. 142-149 e *Gugong Bowuyuan Yuankan* 故宫博物院院刊 (Boletim do Museu Imperial de Pequim), vol. 2006, n.º 3, pp. 98-112.
- 66 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, pp. 38-39.
- 67 *Ibidem*, pp. 39-40.
- 68 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, pp. 328-329. Para uma discussão mais alargada, cf. Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, pp. 39-41.
- 69 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 39.
- 70 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 38, Sir Harry Garner, *Oriental blue and white*, London, Faber and Faber, 1954, p. 34 e Pe. Manuel Teixeira, “A porcelana no comércio luso-chinês”, in Wu Zhiliang (dir.), *Actas do Seminário Internacional sobre Intercâmbio Cultural Oriente-Occidente*, p. 198.
- 71 Malaca.
- 72 Zhu Wan, *Fuyu Zaji*, *juan 4*, p. 7. Este documento já foi traduzido e publicado por nós em Fernando Correia de Oliveira, Raffaella D’Intino e António Vasconcelos de Saldanha “Portugal encontra a China: testemunhos de uma convivência”, Lisboa, Instituto Camões e Fundação Oriente, 2005, p. 66.
- 73 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 7.
- 74 *Ibidem*, p. 7.
- 75 Liampó.
- 76 Jindezhen.
- 77 Ningpó.
- 78 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 39.
- 79 Sobre as características da porcelana do reinado Jiajing, cf. Chen Yuqian, *Zhongguo Taoci Wenhua*, pp. 26-27.
- 80 Afirmação errada. Quiansi (Jiangxi) é apenas o nome da província.
- 81 Termo não identificado por Raffaella d’Intino. Wang Suoying 王锁英 sugere a sua identificação com *gaoling* 高岭 (caulino), cf. *Putuoyaren zaihua jianwenlu* 葡萄牙人在华见闻录 (Antologia dos Viajantes Portugueses na China), Instituto Cultural de Macau, Instituto Português do Oriente, Editora Hai Nan e Editora San Huan, Coleção Cravo, Biblioteca Básica de Autores Portugueses, vol. 19, Macau, Haikou (Hainan, China), 1998, p. 33, nota 1. Para nós, pelas transcrições fonéticas de “Çulljo” e “Çullio”, seria antes *çiliao* 瓷料 (material para porcelana). Em fontes portuguesas do período Ming, encontramos na Ânua da Missão da China da vice-província do Sul de 1643 “Çú Tãm”, cuja pronúncia em mandarim é *citang* 祠堂 (Panteão dos Antepassados), querendo isto dizer que com “Çu” se transcrevia o som “ci”. Cf. António de Gouveia, *Cartas Ânua da China: 1636, 1643 a 1649*. Edição, Introdução e Notas de Horácio Peixoto de Araújo, Macau, Instituto Português do Oriente e Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998, p. 126.
- 82 Variante de “Çulljo”.
- 83 Raffaella d’Intino, *Enformações das Cousas da China*, p. 102.
- 84 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 110.
- 85 Sobre a passagem da porcelana de Jingdezhen por Nanquim e Ningbo (Liampó) seja para exportação directa seja para Cantão, cf. Weng Shuyun “Mingqing Guangdong Qici Waixiao Yanjiu (1511-1842)”, p. 8.
- 86 Wang Jianfu 王建富, Bao Jiangan 包江雁 e Wu Yongchang 邬永昌, “Ming Shuangyugang Diwangshuo” 明双屿港地望说 (A propósito da localização do porto de Liampó na dinastia Ming), in *Zhong Guo Di Ming* 中国地名 (Toponímia da China), 2000, n.º 4, p. 45 e *Shangyugang Yanjiu*, p. 240.
- 87 Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun, “Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, p. 99.